

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO
CENTRO DE APOIO TÉCNICO DA 1A. DELEGACIA DE
POLÍCIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
SETEMBRO - MÊS 58**

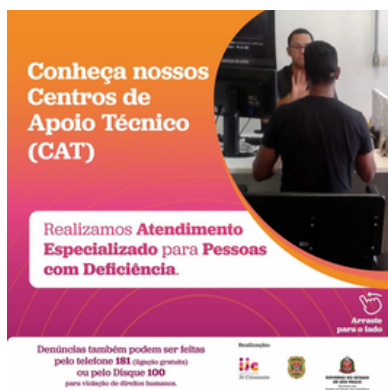
TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 002/2018
REFERENTE AO PROCESSO Nº 519159/2018

INTRODUÇÃO

O presente relatório refere-se às atividades desenvolvidas pelo Centro de Apoio Técnico da 1ª. Delegacia de Polícia da Pessoa com Deficiência – Capital, no âmbito do projeto “Territórios de Todas e Todos: Acessibilidade, emancipação e prevenção à violência”, no mês de setembro de 2023.

MEDINDO O PROGRESSO

Os indicadores abaixo referem-se aos números alcançados no mês de setembro 2023



Objetivo específico do projeto	Indicador	Meta	Realizado no mês
1) Realizar atendimento presencial e/ou remoto para a população e outras delegacias do município de São Paulo/SP, nos casos de violência contra pessoas com deficiência, com recursos de tecnologias assistivas, por meio de equipe técnica multidisciplinar;	a) atendimentos: refere-se ao número de pessoas atendidas/ beneficiadas , com ou sem deficiência	50/mensal	Total de pessoas atendidas: 183 Sendo: 123 pessoas com deficiência 60 pessoas sem deficiência.
	b) Procedimentos: refere-se a soma de atendimentos presenciais e remotos, visitas, telefonemas e/ou mensagens).	80/ mensal	Total de procedimentos: 260 Sendo: 195 atendimentos presenciais, 20 atendimentos remotos; 45 telefonemas e/ou mensagens, visitas, etc
	c) Acompanhamento de casos (realizado posterior ao atendimento): refere-se a contatos telefônicos e e/ou email, encaminhados para a rede.	03/mensal	Total de acompanhamentos: 11
	d) Assessorias a outras delegacias: refere-se a orientações e apoio no atendimento às pessoas com deficiência, quando solicitadas.	Quando houver demanda	Não houve demanda

Objetivo específico do projeto	Indicador	Meta	Realizado no mês
2) promover cursos, encontros e capacitação para os profissionais da rede de serviços e agentes públicos visando a identificação, a notificação e a intervenção, de modo a prevenir e reduzir a reincidência nos casos de violência contra a população com deficiência.	e) Formação para 40 profissionais da rede de defesa e garantia de direitos.	01/ trimestre	40. Encontro agendado para o dia 11/10
	f) Formação e aprimoramento profissional da equipe	01/ trimestre	1 - "Lançamento do Observatório da deficiência intelectual" (20/09) - Participação de Jéssica, Luana e Juliana 2- "Gestão baseada em evidência e inovação" (22/09 e 29/09) - Participação de Juliana
	g) Seminário de disseminação de conhecimento: para 100 participantes (profissionais da rede de defesa e garantia de direitos)	01/ anual	Atividade não prevista para este período

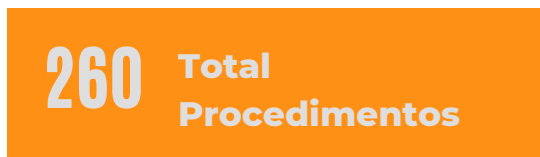
Objetivo específico do projeto	Indicador	Meta	Realizado no mês
3) Coletar, consolidar e monitorar os dados e as informações sobre as atividades executadas pelo Centro de Apoio Técnico, no intuito de divulgar e fomentar políticas públicas em consonância com as diretrizes do Programa Estadual de Prevenção e Combate a Violência contra a Pessoa com Deficiência.	h) Relatório dos atendimentos com informações sobre casos atendidos na esfera policial e/ou social.	01/ mensal	01 relatório enviado
	i) Publicação do Relatório na internet.	01/ mensal	01 relatório disponibilizado no site do Instituto Jô Clemente
	j) Publicação de artigo sobre o tema da Violência contra pessoas com deficiência.	01/ anual	Artigo "Trabalho em rede, compartilhamento de informações e prevenção à violência" elaborado, em fase de diagramação e impressão
	k) Elaboração de cartilhas e/ou manuais teórico para pessoas com deficiência ou profissionais da rede.	01/ quinquenal	Atividade realizada e finalizada (2020)
	l) Campanha de divulgação e prevenção da violência e violação de direitos contra pessoa com deficiência.	01/ anual	Atividade não prevista para este mês

Detalhamento mensal dos indicadores e metas alcançadas

A. Pessoas atendidas/beneficiadas - com e sem deficiência:



B. Procedimentos - este indicador refere-se a soma de:



- atendimentos presenciais: 195
- atendimentos remotos: 20
- visitas domiciliares: 5
- ligações, mensagens: 40

C. Acompanhamento de casos



Tais acompanhamentos ocorreram via contatos telefônicos, mensagens por aplicativo e e-mails com objetivo de obter informações e esclarecimentos necessários sobre o andamento dos mesmos.

D. Assessoria a outras delegacias



As assessorias a outras delegacias ocorrem a partir de demanda das próprias delegacias.

E. Formação para profissionais da rede de defesa e garantia de direitos:

- O 4o. encontro está programado para o dia 11.10.
-

F. Formação e aprimoramento profissional para a equipe do CAT

- No dia 20 de setembro as profissionais do Centro de Apoio Técnico, Jéssica, Juliana e Luana participaram do "Lançamento do Observatório da deficiência intelectual" no Instituto Jô Clemente. Esta iniciativa é uma parceria do Instituto e da Unifesp para gerar informação na tomada de decisões em diversas áreas como saúde, políticas públicas e pesquisas.



- Em 22 e 29 de setembro foi dada continuidade ao curso "Gestão baseada em evidência e inovação" com a participação de Juliana.

G. Seminário de disseminação de conhecimentos

Atividade não prevista para este período

H. Relatório de Atividades;

Os relatórios mensais estão disponíveis no link: <https://ijc.org.br/pt-br/defesa-de-direitos/centro-apoio-tecnico/centro-de-apoio-sao-paulo/Paginas/documentos.aspx>

i. Publicação dos Relatório de Atividades

Os relatórios mensais foram publicados no link: <https://ijc.org.br/pt-br/defesa-de-direitos/centro-apoio-tecnico/centro-de-apoio-sao-paulo/Paginas/documentos.aspx>

J. Publicação de artigo

Foi elaborado artigo "*Trabalho em rede, compartilhamento de informações e prevenção à violência*" por Luciana Sanches (psicóloga) e Juliana Delfino (pesquisadora do CAT). O artigo está em fase de diagramação e publicação. Segue abaixo o texto elaborado:

“Trabalho em rede, compartilhamento de informações e prevenção à violência”

Juliana d’Avila Defino

Luciana Sanches

Resumo

A rede de defesa e garantia de direitos é composta por um conjunto de instituições e profissionais que se dedicam a proteger os direitos fundamentais de crianças e adolescentes, dentre outras atividades. Essa rede desempenha um papel primordial na prevenção e na resposta a situações de risco e violação de direitos de crianças e adolescentes com deficiência.

Os profissionais que fazem parte dessa rede, frequentemente enfrentam desafios complexos e diários em seus atendimentos. Para superá-los, a implementação de protocolos e a elaboração de relatórios de atendimento são estratégias fundamentais. Os protocolos estabelecem diretrizes para abordar situações específicas, garantindo uma atuação consistente e bem-informada por parte dos profissionais e os relatórios de atendimento reúnem detalhes importantes das intervenções, permitindo uma análise criteriosa do caso e subsidiando a tomada de decisões futuras da equipe no atendimento.

Rede de Defesa e Garantia de Direitos:

No contexto do Sistema de Garantia de Direitos, é indiscutível que o trabalho em rede desempenha um papel crucial na busca por uma sociedade mais justa e equitativa. Essa rede se estabelece como um delicado tecido de interações entre diversos setores, como educação, assistência social, saúde, segurança pública, sistema de justiça, conselhos tutelares e organizações do terceiro setor. A colaboração e a troca de informações são os alicerces dessa estrutura, permitindo construções coletivas e decisões democráticas que visam garantir direitos fundamentais.

No entanto, é importante reconhecer que a complexidade dessa rede também traz desafios. A oferta de formações, eventos e rodas de conversa é vasta, porém, a realidade do cotidiano dos serviços muitas vezes limita a participação de todos. Profissionais enfrentam angústias em suas atuações, especialmente quando lidam com casos sensíveis que envolvem a violência sexual. A morosidade nos processos, a sobrecarga de trabalho, a quebra de sigilo e a responsabilidade ética geram preocupações legítimas. A escrita de relatórios, depoimentos e a necessidade de comparecimento em audiências adicionam uma camada de desafio a essa complexa teia de obrigações.

A compreensão profunda sobre a atuação da rede de proteção é fundamental para a execução de um bom trabalho. Isso não apenas facilita a definição de estratégias de cuidado para crianças e adolescentes com deficiência, mas também auxilia na mitigação dos obstáculos enfrentados pelos profissionais envolvidos. Ações isoladas ou abordagens hierarquizadas são insuficientes e podem até levar a violações de direitos. A coesão da rede, baseada na horizontalidade, interconexão e na cooperação, é um caminho possível para enfrentar os desafios e garantir um acesso pleno e efetivo aos direitos de todos.

Violência e rede:

Em casos que envolvem violência sexual contra crianças e adolescentes com deficiência, a atuação dos serviços e dos profissionais é de extrema importância para garantir que sejam adequadamente assistidas, seus direitos sejam preservados e que suas vozes não sejam silenciadas. Faz-se necessário adotar abordagens sensíveis, acessíveis e inclusivas para construir relatórios que efetivamente subsidiem as ações na rede de defesa e garantia de direitos.

Em um primeiro momento garantir assistência adequada é ofertar um atendimento acolhedor, e seguro para a criança e o adolescente. Os profissionais devem ser capacitados para entender as particularidades das deficiências e possibilitar estratégias de comunicação acessível, adaptando sua conduta de acordo com as necessidades individuais. É essencial estabelecer um vínculo de confiança para que a criança e ou adolescente se sinta à vontade para compartilhar a experiência vivenciada.

Em casos de violência sexual, o respeito à privacidade e ao bem-estar emocional da criança e do adolescente é fundamental. O processo de coleta de informações deve ser delicado e empático, considerando as diferentes formas de comunicação. Nesse sentido o uso de diferentes materiais, e o uso de técnicas de entrevista adequadas para crianças e adolescentes com deficiência é fundamental para obter informações precisas e relevantes.

Cabe também ofertar orientações às famílias. As famílias devem ser envolvidas desde o início, informadas sobre os procedimentos, sobre todas as etapas do atendimento e consultadas sobre as necessidades e preferências da criança. Isso não apenas respeita o papel da família na vida da criança ou adolescente, mas também contribui para a construção de um ambiente de apoio que facilite o processo de elaboração da violência.

Desafios:

No entanto, é importante reconhecer que o percurso de cuidado pode ser repleto de obstáculos e dificuldades. Os profissionais podem se deparar com questões como a falta de evidências materiais. Nesses momentos, é crucial que os profissionais entendam que a materialidade nem sempre é o único indicador de violência sexual. Eles devem buscar uma compreensão abrangente da situação, considerando fatores emocionais, comportamentais e testemunhais que possam corroborar o relato da criança e do adolescente, concentrando e documentando na medida do possível essas informações. Como vencer esses desafios:

Os profissionais devem estar bem informados sobre os protocolos legais e éticos relacionados a esses casos. Manter registros detalhados, documentar todas as interações e comunicar-se de forma transparente com os profissionais da rede são práticas essenciais. A criação de diretrizes que orientem a abordagem adequada e a construção de relatórios completos e sensíveis é fundamental para assegurar que a voz das crianças e adolescentes com deficiência não seja silenciada. Com base nesse cenário, como os profissionais podem atuar para minimizar riscos e garantir um atendimento mais qualificado nos casos de violência sexual, sobretudo cometidos contra crianças e adolescentes? A partir da experiência vivenciada pela equipe multidisciplinar no Centro de Apoio Técnico da 1ª Delegacia de Polícia da Pessoa com Deficiência, podemos destacar duas estratégias: a primeira, diz respeito ao estabelecimento de protocolos de atendimento e a segunda sobre a importância de um relatório técnico bem estruturado.

Padronização: os protocolos bem definidos também facilitam a padronização do atendimento. Assim, qualquer pessoa da equipe que esteja envolvida no atendimento saberá quais os passos necessários para realização do mesmo.

Eficiência: os protocolos auxiliam, ainda, na otimização do trabalho, pois servem como guias e orientação dos passos a serem percorridos em determinado atendimento, reduzindo o tempo e dirimindo dúvidas. Conseqüentemente, as chances de revitimização da criança e do adolescente atendidos também são evitadas.

Transparência e segurança: ao utilizarmos protocolos, garantimos ao atendimento transparência nas atividades, uma vez que os procedimentos estão acessíveis a todos os profissionais envolvidos. Isso garante também, segurança à pessoa que está recebendo tal atendimento.

com deficiência não seja silenciada.

Com base nesse cenário, como os profissionais podem atuar para minimizar riscos e garantir um atendimento mais qualificado nos casos de violência sexual, sobretudo cometidos contra crianças e adolescentes? A partir da experiência vivenciada pela equipe multidisciplinar no Centro de Apoio Técnico da 1ª Delegacia de Polícia da Pessoa com Deficiência, podemos destacar duas estratégias: a primeira, diz respeito ao estabelecimento de protocolos de atendimento e a segunda sobre a importância de um relatório técnico bem estruturado.

Contudo, não basta apenas estabelecer os protocolos. Eles devem ser regularmente revisitados a fim de garantir a melhoria contínua do serviço.

Relatórios de atendimento:

Com relação aos relatórios de atendimento, apontamos, a partir da experiência vivenciada pelas profissionais do Centro de Apoio Técnico da 1ª. DPPD, algumas informações que julgamos serem essenciais na elaboração deste documento.

Assim, propomos aos profissionais que todos os relatórios de atendimento contendam, além dos dados pessoais, informações sobre o atendimento, a conduta e os encaminhamentos adotados.

O ponto de partida é a realização de um atendimento psicossocial (com equipe multidisciplinar), fundamental para o entendimento do caso. A partir desse atendimento algumas informações devem estar registradas.

Pode-se começar com uma explicação geral sobre o que é a deficiência, incluindo sua natureza diversa e os impactos que as barreiras podem ter na vida das pessoas com deficiência. Em seguida, abordar a definição de deficiência de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), assim como citar alguns autores de referência nesta temática, ou pesquisas que envolvem a demanda apresentada. Aqui, selecionamos um exemplo do que foi mencionado:

"Cabe salientar, que hoje a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) define que "pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas".

Assim, a deficiência atualmente é vista a partir da interação entre indivíduo e seu meio, ou seja, sob a ótica da funcionalidade e da participação social. Essa perspectiva amplia o olhar sobre a deficiência, antes reduzida a uma condição apenas médica do ponto de vista da seara da saúde, para assumir um lugar mais social e político, desfocando dos olhares ultrapassados das incapacidades e limitações.

Prevalece ainda a compreensão, para fins de documentação, que a Deficiência Intelectual tem início antes dos 18 anos de idade, caracterizando-se por importantes limitações no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, expresso nas habilidades conceituais e práticas.

De modo prático, no dia a dia, o adolescente com deficiência intelectual poderá necessitar de diferentes apoios. A aprendizagem adequada e a comunicação acessível serão fundamentais para que o mesmo possa realizar diferentes atividades em seu cotidiano.

Faz-se pertinente entender que as pessoas com deficiência intelectual não possuem uma vulnerabilidade inerente e relacionada à deficiência, mas sim que se tornam vulneráveis a partir de uma cultura de omissão, isolamento, e muitas vezes situações de preconceito.

Embora seja comum a crença de que as pessoas com deficiência intelectual são "infantilizadas", muitas de suas concepções de vida são dadas pela privação de um convívio social abrangente, pela superficialidade/omissão de muitas informações recebidas. Informações, vocabulário e repertório linguístico muitas vezes limitado".

No exemplo acima, fica evidente como um documento bem elaborado pode estabelecer uma base sólida para entender a deficiência intelectual.

Ao redigir um relatório, o profissional tem a oportunidade de apresentar a base conceitual dessa condição, mas também de destacar os desafios que a pessoa enfrenta em sua vida diária. Além disso, é importante abordar a existência de uma rede de apoio, seja ela familiar ou comunitária. Ao incluir esses elementos, o documento se torna uma ferramenta valiosa para outros profissionais que o lerão, permitindo uma compreensão mais completa das dificuldades enfrentadas pela pessoa e dos recursos necessários para apoiá-la.

O relatório é essencial para que os leitores possam entender quem é o sujeito que está sendo narrado em documento. Detalhar os desafios cotidianos e o suporte disponível ajuda a contextualizar a vida da pessoa com deficiência intelectual. Dessa forma, os profissionais que interagem com o indivíduo podem ter uma visão mais ampla de suas necessidades, limitações e capacidades, promovendo uma abordagem de atendimento mais eficaz e centrada no usuário.

O entendimento de como a deficiência intelectual se relaciona com a violência é essencial para fornecer uma visão completa do caso. Isso não apenas aprofunda o conteúdo do relatório, mas também contextualiza o cenário em um âmbito mais amplo. Através dessa abordagem, é possível identificar padrões, compreender os fatores subjacentes e elaborar recomendações mais embasadas. Exemplificando: A percepção errônea de que pessoas com deficiência intelectual são "infantilizadas" está profundamente enraizada em nossa sociedade. No entanto, essa concepção não surge apenas da crença equivocada, mas também da privação de interações sociais abrangentes e da falta de informações adequadas. Muitas vezes, essas pessoas enfrentam

limitações em termos de informações, vocabulário e repertório linguístico, o que contribui para sua exclusão de conversas mais profundas e educativas. Essa percepção equivocada torna essas pessoas mais vulneráveis à violência sexual, pois podem não entender como se defender de abusos ou reconhecer comportamentos sexuais inadequados.

Essa é uma informação importante quando se trata de casos de violência sexual. Como um adolescente vai nomear algo como apropriado ou inapropriado se ele não teve informação? Um estudo realizado por Barros, Brino e William (2008) explorou a vulnerabilidade de mulheres com deficiência intelectual a situações de abuso sexual. O estudo revelou que essas mulheres careciam de habilidades de autoproteção, como a capacidade de reconhecer situações de risco, recusar pedidos de abusadores, escapar de situações perigosas e relatar o ocorrido a pessoas de confiança. No entanto, mesmo que as participantes tenham reconhecido possíveis situações abusivas, suas habilidades de autoproteção se mostraram inadequadas, deixando-as vulneráveis a abusos sexuais. Isso demonstra claramente a necessidade urgente de educação sexual acessível e adaptada às necessidades das pessoas com deficiência intelectual. A ausência de tal educação deixa essas pessoas em um estado de desamparo, incapazes de compreender plenamente o que é apropriado e como se proteger. A falta de acesso a essa educação deixa uma lacuna perigosa na capacidade dessas pessoas de construir narrativas, compreensões e estratégias de proteção em relação ao abuso sexual.

Portanto, a incorporação da literatura e das pesquisas no processo de elaboração de documentos eleva a qualidade do trabalho, fornecendo uma base sólida de conhecimento. Esse embasamento não apenas enriquece o conteúdo, mas também possibilita uma análise mais aprofundada do caso, considerando suas dimensões individuais e sociais. Parte superior do formulário

Em síntese, a produção de documentos bem embasados é fundamental para uma compreensão aprofundada das questões relacionadas à deficiência intelectual e à violência. Ao trazer conceitos fundamentais, desafios cotidianos e a rede de apoio disponível, o relatório se torna uma ferramenta eficaz para outros profissionais envolvidos no cuidado da pessoa com deficiência intelectual. Considerar o propósito do documento e a contribuição da literatura e pesquisas ajuda a garantir uma abordagem mais qualificada e sensível ao fenômeno da violência e suas implicações.

Para finalizar, no contexto de atendimento há casos complexos e de alta vulnerabilidade e os profissionais devem aderir a um conjunto de princípios éticos que orientam suas ações. Isso inclui o respeito pela dignidade e autonomia das pessoas atendidas, a busca por clarificar as informações, e a manutenção do sigilo e confidencialidade. Esses princípios garantem que os indivíduos sejam tratados com respeito e sensibilidade, enquanto suas informações pessoais e privadas são protegidas.

Considerações finais:

Ao fornecer orientações seguras e encaminhamentos apropriados, a equipe multidisciplinar demonstra um compromisso com o bem-estar da pessoa atendida. As informações e análises presentes no documento permitem que a equipe tome decisões mais assertivas, considerando a complexidade do caso, as necessidades da pessoa envolvida e as melhores práticas na abordagem de atendimento, garantindo que nenhum aspecto relevante seja negligenciado.

Além disso, a conduta ética exige que a equipe profissional mantenha o sigilo e respeite a privacidade da pessoa atendida. Isso significa que as informações confidenciais compartilhadas durante o processo de atendimento não podem ser divulgadas sem o devido consentimento. Esse compromisso com o sigilo não apenas fortalece a confiança entre o profissional e a pessoa atendida, mas também reforça a responsabilidade ética de proteger a privacidade da família.

Em resumo, a atuação profissional pautada na conduta ética, desempenha um papel vital na abordagem de casos sensíveis e complexos. Ela orienta a maneira como os profissionais conduzem seu trabalho, desde a coleta de informações até a tomada de decisões objetivando também a interação com a equipe multidisciplinar. Qualquer produção escrita, bem elaborada contribui significativamente para o resultado final de cada caso. Assim, todo e qualquer registro, configura a manifestação técnica do profissional, suas observações e ações documentadas, garantindo que sua conduta profissional não foi omissa ou negligente. Esse registro configura a memória do caso que poderá ser consultado há qualquer momento se necessário pela rede de proteção.

Referências

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescentes. Lei Federal nº8.069/1990. Brasília: Senado Federal, 1990.

BRASIL. Lei 13.146. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 07 jul. 2023

NÓBREGA, K. B. G. DA . et al.. Validação da tecnologia educacional “abuso não vai rolar” para as jovens com deficiência intelectual. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, n. 7, p. 2793–2806, jul. 2021.

BARROS, R. D. DE .; WILLIAMS, L. C. DE A.; BRINO, R. DE F.. Habilidades de auto proteção acerca do abuso sexual em mulheres com deficiência mental. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 14, n. 1, p. 93–110, jan. 2008.

FERRARI, Isa Maria de Souza Fernandes. Risco de abuso sexual em pessoas com deficiência intelectual e contexto familiar sobre sexualidade. 2016. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, 2016, São Carlos : UFSCar, 2016.

K. Elaboração de Cartilha

(atividade realizada e finalizada no ano de 2020)

Disponível no link <https://www.ijc.org.br/pt-br/defesa-de-direitos/centro-apoio-tecnico/Documents/Cartilha-violencia-2020-Online.pdf>.



L. Campanha de prevenção a violência

Atividade não prevista para este período

OUTRAS ATIVIDADES REALIZADAS NO MÊS DE SETEMBRO 2023:

01.

Atendimentos/equipe:

- Os atendimentos foram realizados de forma presencial e remota (Whatsapp, vídeo chamada, telefone ou e-mail). O Centro de Apoio Técnico da 1ª. DPPD desenvolveu atividades em 19 (dezenove) dias no mês de setembro o que resultou na média de 11,3 atendimentos por dia.

Reuniões, Seminários e atividade institucionais:

02.

- Em 06/09/23 a equipe técnica do CAT realizou visita institucional ao Serviço de Acolhimento Emergencial onde foram recebidas pela equipe técnica Érika (Gerente de Serviço), Thais (Assistente Social) e Ana Julia (Psicóloga). O Serviço Estadual de Acolhimento emergencial foi inaugurado em agosto de 2023, por meio da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, destinado a atender pessoas em situação de rua, durante o inverno. O Espaço é voltado, prioritariamente, para famílias com crianças, idosos, pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, que sejam encaminhadas pela Prefeitura de São Paulo. O Local tem capacidade para atender até 50 pessoas, conta com suporte dos profissionais do Serviço Social, Psicologia e equipe técnica. Os acolhidos recebem alimentação, pernoite e atividades, socioeducativas. Quando necessário são encaminhados para a rede de saúde e demais políticas públicas.



- 21.09 a equipe do CAT SP participou de reunião, a convite da APD Campo Limpo para organização da Roda de Conversa sobre a data de 21 de Setembro, Dia Nacional da Luta da Pessoa com Deficiência. A roda de conversa será para profissionais, familiares e cuidadores



- 22.09 foi realizada reunião de alinhamento da formação aos colaboradores da OSC Padre Moreira. Equipe do CAT SP realizou um resgate histórico sobre deficiência, abordando uma breve reflexão sobre as barreiras, sobre as interseções, sobre o capacitismo e direitos da pessoa com deficiência.



- No dia 25.09, Jéssica, e Daniela Farias, participaram de Roda de conversa sobre acompanhante da pessoa com deficiência no núcleo Campo Limpo.



- Em 27.09 Daniela Farias participou do Seminário “ Atuando em Rede com Todas” O evento contou com a presença da Secretária Executiva de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência Claudia Carletto, Sonaira Fernandes (Secretária de Políticas para mulheres), Leticia Françoso (Presidente do Conselho Estadual dos Assuntos da Pessoa com Deficiência, Caroline Reis (Coordenação do Programa Todas In Rede), Patrícia Moretti (Ponto focal do programa junto ao município de Santo André), Silvana Gimenes (PEI- Polos de Empregabilidade Inclusiva), Rafael Batini (Gestor dos CATs), Daniela Farias (Supervisora CAT-SP) e, Mila Guedes (Coordenadora do curso de liderança e empoderamento feminino)



03.

Visitas à 1ª. Delegacia da Pessoa com Deficiência e Centro de Apoio Técnico

- No dia 28, recebemos a visita de Mateus, Marcos, Marcelo e Patrícia, funcionários do Metrô, para discutir um projeto em parceria com o Centro de Apoio Técnico da 1a. DPPD para apoiar pessoas com autismo a utilizar o cão guia nos trajetos do metrô.

04.

Encaminhamentos para a rede:

Em setembro, o Centro de Apoio realizou 25 (vinte e cinco) encaminhamentos para a rede de apoio visando acionar os direitos básicos e/ou visando romper a situação de violência, os encaminhamentos foram os seguintes:

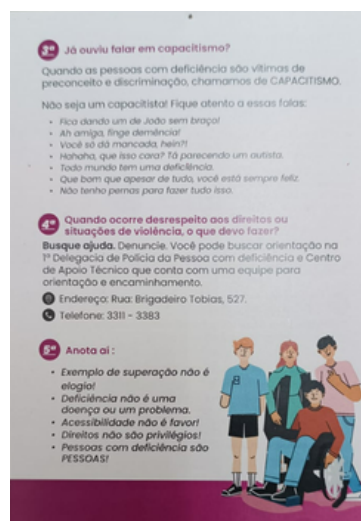
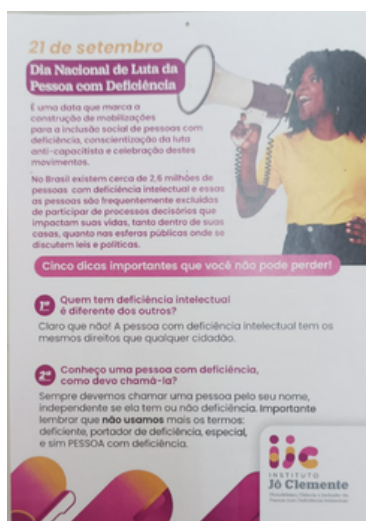
- 11 (onze) casos para Defensoria/Justiça;
- 03 (três) casos para Assistência Social;
- 07 (sete) casos para outros serviços;
- 03 (três) casos para Saúde;
- 01 (um) caso para Acompanhamento.

05.

Marketing:

Neste mês contamos com o apoio da equipe do Marketing para inserir o relatório de atividades no site do IJC.

Além disso, contamos com a colaboração do marketing na elaboração de um folder com informação sobre o Centro de Apoio Técnico da 1a. DPPD que foi distribuído para os colaboradores do Instituto Jô Clemente no dia 21 de setembro, Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência.



06.

Mídia

Neste mês, foi realizada uma matéria sobre Centro de Apoio Técnico da 1a. DPPD. A mesma está disponível no site da SEDPcD e pode ser acessada por meio do link <https://www.ssp.sp.gov.br/LeNoticia.aspx?ID=55974#/MyCarousel>

São Paulo: 1ª Delegacia da Pessoa com Deficiência do Brasil vira referência

Modelo de atendimento integrado é inédito no país e conta com equipe multidisciplinar

Uma estudante de 16 anos que tem paralisia cerebral enfrentava constantes problemas de acessibilidade dentro da escola, que fica na zona sul de São Paulo. A jovem não frequentava as aulas de educação física, tinha dificuldades para acessar o laboratório, entre outras situações que atrapalhavam o dia a dia dela.

Com os pais, a jovem procurou ajuda. Eles foram à 1ª Delegacia de Polícia da Pessoa com Deficiência (DPPD), onde registraram um Boletim de Ocorrência contra a instituição de ensino. "Eu me senti amparada, me senti ouvida, eu senti que a gente que tem algum tipo de deficiência, tem voz. Eles realmente abraçam a sua causa", contou a estudante.

A partir da elaboração da ocorrência, a escola promoveu as mudanças necessárias para tornar o ambiente escolar totalmente acessível. "Na delegacia foi o lugar onde fui ouvida e me trouxeram todo amparo", explicou.

Esse não é um caso isolado. A realidade retratada pela estudante é uma dificuldade que faz parte da rotina das 3,4 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência visual, motora, intelectual ou auditiva no Estado de São Paulo.

Na capital paulista, 1ª Delegacia de Polícia da Pessoa com Deficiência foi criada para atender exclusivamente às pessoas com algum tipo de deficiência e que são vítimas de crimes de diversas naturezas. O serviço funciona por meio de uma parceria com o Instituto João Clemente (IJC). Desse modo é possível promover a inclusão da população com diferentes graus de deficiência aos serviços de Polícia Judiciária. O modelo é inédito no país e funciona com uma equipe multidisciplinar.

A unidade funciona com um sistema diferenciado. A equipe de policiais atua em conjunto com assistentes sociais, psicólogos e intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Desse modo, é possível promover a inclusão e democratizar o acesso de pessoas com deficiência ao serviço público.

"É um trabalho policial humanizado com ajuda de uma equipe técnica especializada", resumiu a delegada Maria Valéria Pereira Novaes de Paula Santos, que está há quatro anos na unidade.

O trabalho conjunto auxilia na comunicação entre a equipe e a vítima que precisa de atendimento, permitindo que a polícia consiga identificar o que houve para encaminhar o registro da ocorrência. "É uma pessoa que entra aqui que tem sua especificidade, que é atendida dentro do que é necessário, com ajuda dos profissionais da área técnica e com um atendimento diferenciado dos policiais", acrescentou a delegada.

Na Delegacia da Pessoa com Deficiência, a polícia efetua o registro da ocorrência e encaminha ao distrito policial da área para que a equipe dê continuidade na investigação. No entanto, em caso de necessidade, a especializada dá todo o suporte necessário.

"O nosso trabalho aqui, além da atuação na área criminal, vai além, é também no apoio a todas as outras unidades e proporcionar não só a condição, mas os meios assistivos para que essas pessoas possam ser atendidas e tenham acessibilidade irrestrita e total em qualquer delegacia", explicou o chefe dos investigadores, Linerceu Júnior.

Neste ano, até julho, já foram realizados mais de 1,3 mil atendimentos, 33% a mais que o registrado no mesmo período de 2022. As pessoas com deficiência auditiva, física e intelectual foram as que mais procuraram ajuda na delegacia especializada. Os casos são diversos, como abusos, golpes e violência. Desde a implantação do serviço, os registros crescem anualmente.

Além do registro criminal, a equipe que atende na delegacia também identifica as necessidades da vítima e faz o encaminhamento para a rede de assistência. Só em julho, a equipe multidisciplinar realizou o direcionamento de 21 pessoas para acionar os direitos básicos visando romper a situação de violência.

Segundo a psicóloga do IJC que atua na delegacia, o diálogo com a equipe é fundamental para promover o acolhimento das vítimas, além do atendimento na área criminal.

É importante dialogarmos porque a gente precisa dar esse acolhimento para a vítima quando chega aqui.

"Quando a pessoa chega, ela está num estágio fragilizado, então a gente oferece esse suporte", afirmou Giovanna Galle. "A gente entende o que ela está passando, quais possíveis encaminhamentos que nós podemos ofertar, entramos em contato com esses serviços que vão oferecer o atendimento contínuo."

Modelo é referência

A delegacia paulista se tornou uma referência no país para atendimento da pessoa com deficiência. Outros Estados querem implementar o serviço de atendimento.

No final de agosto, uma equipe do Rio de Janeiro visitou a unidade em São Paulo para conhecer a estrutura com o intuito de inaugurar uma delegacia nos mesmos moldes na capital fluminense.

Além disso, representantes do Amazonas e de Santa Catarina também acompanharam de perto o trabalho desenvolvido pela equipe de policiais e técnicos do IJC.

07.

Atividades compartilhadas CAT e Equipe Policial:

No decorrer do mês, o Centro de Apoio Técnico também atendeu a 03 (três) Memorandos expedido pela 1ª. DPPD, sobre Inquéritos Policiais em andamento. Neste mês, a equipe de atendimento multidisciplinar realizou 05 (cinco) visitas domiciliares.

08.

Números do Cartório da 1ª. DPPD:

Foram registrados 41 (quarenta e um) Boletins de Ocorrência e instaurados 12 (doze) Inquéritos Policiais, segundo dados do Cartório da 1ª. DPPD.

Abaixo, seguem os gráficos com as informações referentes ao mês de SETEMBRO 2023:

GRÁFICO 1 – Número total de atendimentos realizados e número total de pessoas atendidas

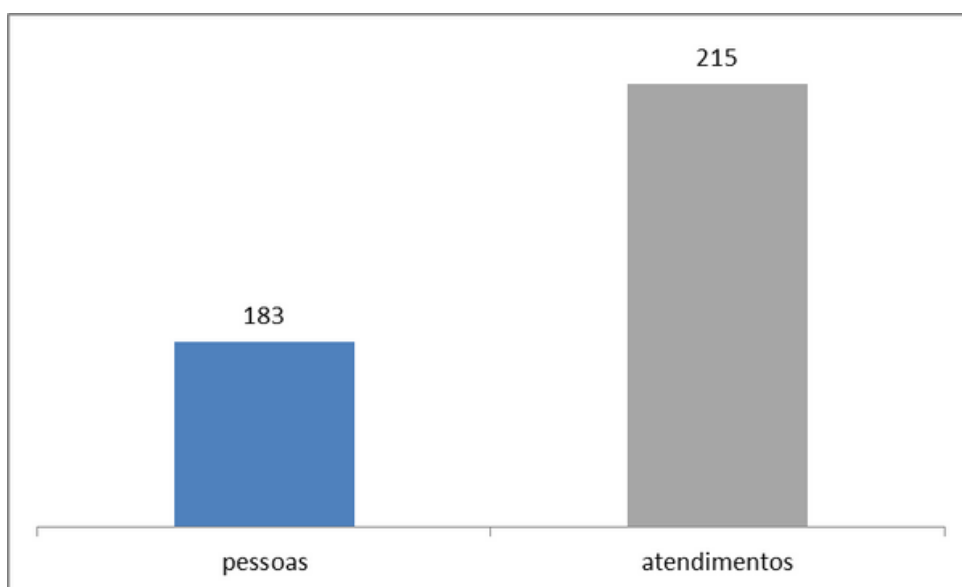


GRÁFICO 2 – Número de pessoas com deficiência e sem deficiência

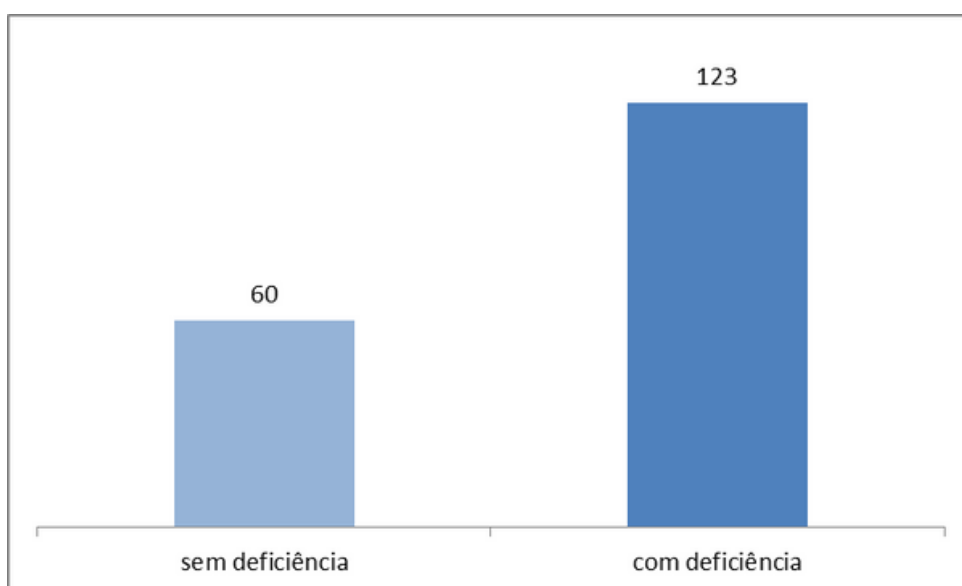


GRÁFICO 3 – Número total de pessoas atendidas (presencial e remoto)

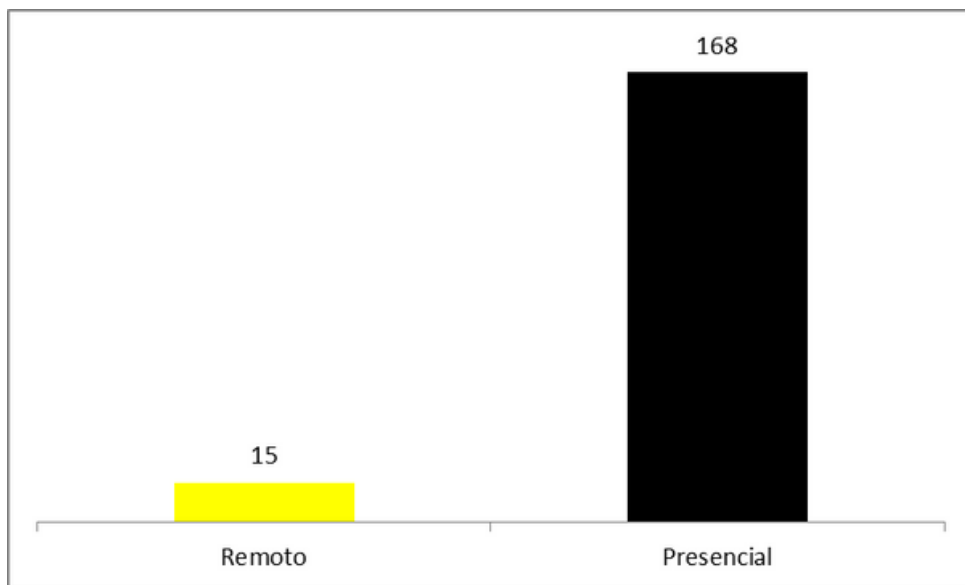


GRÁFICO 4 – Número total de pessoas atendidas segundo município

Cidade	Número de pessoas
São Paulo	139
Não informou	10
Cotia	4
Carapicuíba	3
Diadema	3
Santo André	3
Suzano	3
Jundiaí	2
Piracicaba	2
Arame	1
Franco da Rocha	1
Guarujá	1
Guarulhos	1
Itapevi	1
Itaquaquecetuba	1
Jandira	1
Joinville	1
Mairinque	1
Mauá	1
Mogi das Cruzes	1
Osasco	1
Pialzinho	1
Taboão da Serra	1
Total Geral	183

GRÁFICO 5 – Pessoas com deficiência atendidas, segundo tipo de deficiência

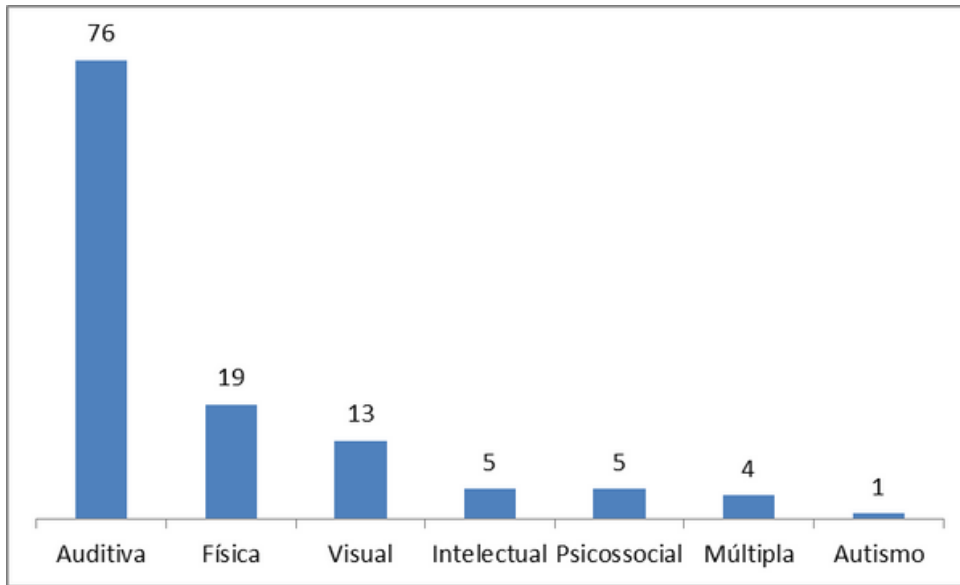


GRÁFICO 6 – Pessoas com deficiência atendidas, segundo sexo

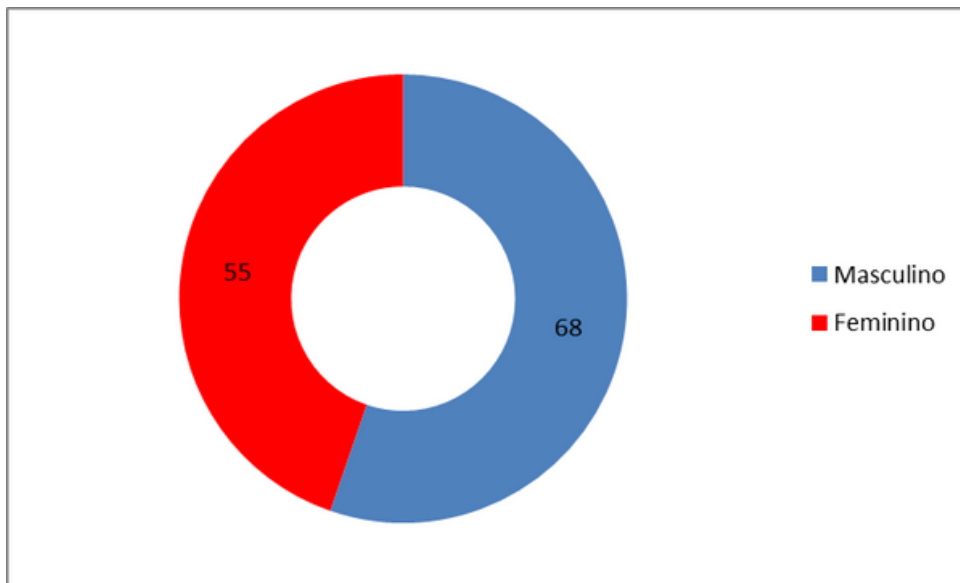


GRÁFICO 7– Pessoas com deficiência atendidas, segundo cor

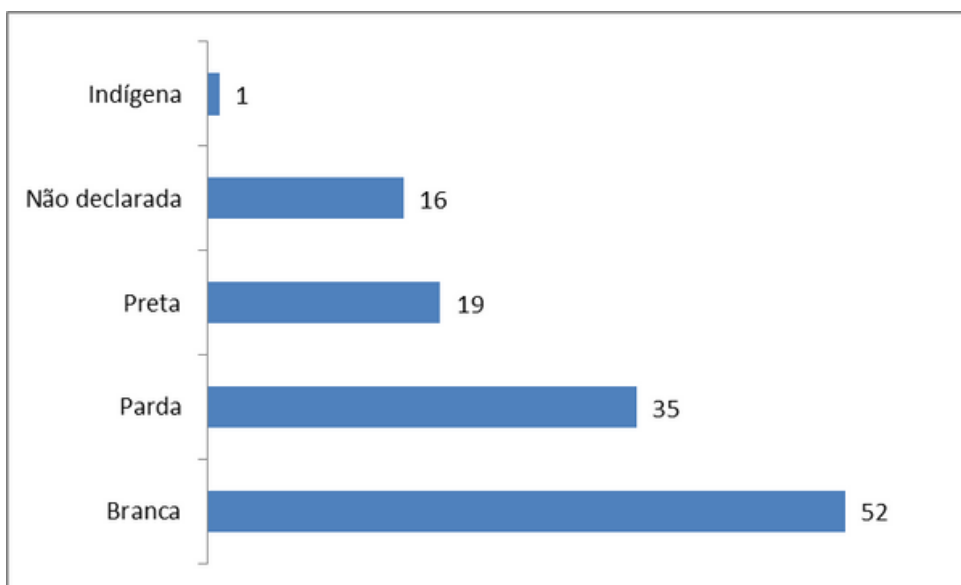


GRÁFICO 8– Pessoas com deficiência atendidas, segundo escolaridade

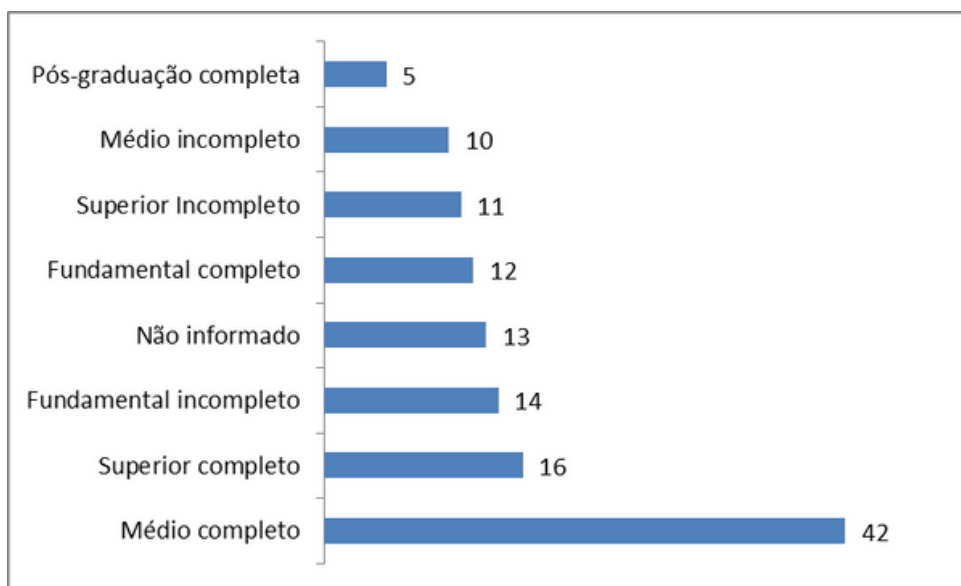
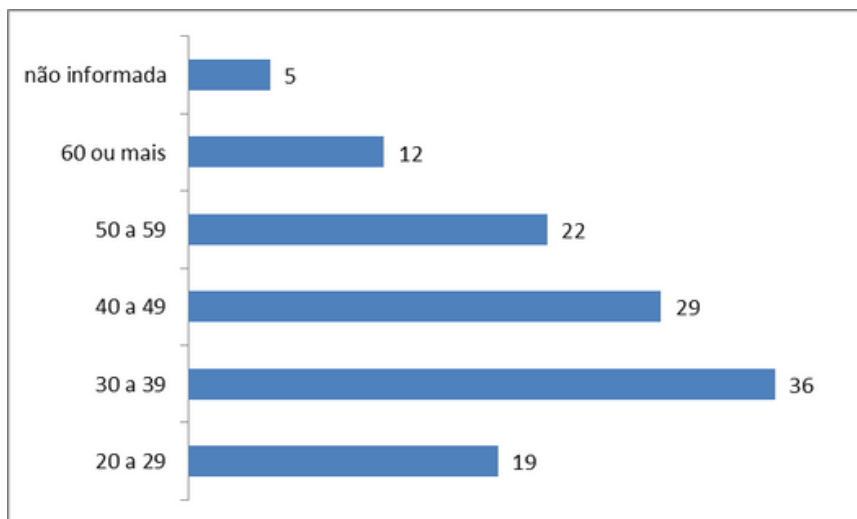


GRÁFICO 9– Pessoas com deficiência atendidas, segundo escolaridade



São Paulo, 05 de outubro de 2023

Atenciosamente,

Daniela Batista da S. F. Farias
Supervisora Operacional – Centro de Apoio Técnico São
Paulo
Instituto Jô clemente

Juliana d'Avila Delfino
Pesquisadora Social - Centro de Apoio Técnico
Instituto Jô Clemente